

CAPÍTULO 32

É possível pensar os podcasts como um lugar de memória? A oralidade como potência do lembrar e ser lembrado

Evelin Karina Souza

O áudio é muito interessante, porque o que poderia ser visto por algumas pessoas como uma limitação, que é a ausência de imagem, é uma superpossibilidade para o campo da imaginação. É poder construir uma cena, pensar em como transportar uma pessoa para determinado lugar.

Tiago Rogero, Revista E, jan. 2023

Que oralidade é essa?

Uma contação de história, uma troca de ideias, uma conversa – esses são alguns sinônimos que são possíveis relacionar quando falamos de oralidade, prática presente na vida humana desde os primórdios, principal forma de ensinamento ancestral, que carrega em si a possibilidade de atualização cotidiana, da participação comunitária e em alguns grupos, que possui até hoje um caráter de transmissão do conhecimento.

Presente quando falamos de memória, a oralidade tem especificidades próprias que se modificam conforme encontra suportes de fixação diversos, “a oralidade foi

por muito tempo um instrumento fundamental nesse fazer [armazenamento e transmissão]. Contudo, ao longo do tempo, criaram-se os registros escritos e, com isso, aprendemos a pensar que somente o que está escrito [...] é confiável” (Ribeiro, 2023, p. 26).

Sendo frequentemente posta de lado no modo de aprendizagem proveniente da Europa, onde o documento escrito era tido como o único válido, a oralidade foi sendo empurrada para núcleos menores, associada a certa desconfiança quanto a sua veracidade, esquece-se que é por meio dela que aprendemos as primeiras coisas sobre nós e nossa família. Apesar desse apagamento social, é nos âmbitos comunitário e familiar que ela se mantém viva tomando novas formas de transmissão de saberes, associando a essa oralidade, agora bastante relacionada a conexões de ancestralidade, características como identificação, reconhecimento, acolhimento e ensinamento, palavras que se tornaram outros sinônimos da ação por trás da palavra.

Isso se dá pelo fato de uma busca crescente por identidade individual e coletiva, uma vez que o que se tem no âmbito institucional é uma construção idealizada por um grupo restrito de pessoas, o qual entende que não é porque algo está documentado que é toda a verdade e sim uma verdade, pois a história é enviesada. Entender que nenhuma narrativa é construída de maneira imparcial, que todo o processo de construção de identidade demanda de um desejo de ser, é abrir precedentes para que possamos olhar para outras formas de conhecimento e ter a possibilidade de “democratizar a história, de reconhecer cada sujeito como um agente histórico” (Ribeiro, 2023, p. 29).

Falar de oralidade é falar de memória, de espaços de disputa, e sobretudo é entender os processos que perpassam essa memória, é olhar para como foram construídas as relações de um desejo de ser nacional e como elas impactaram e impactam até hoje a vida das pessoas, sobretudo aquelas que passam por processos de racialização, como é o caso das pessoas negras e a oralidade das memórias subterrâneas do período escravista. Olhar para a prática de lembrar por meio da voz, é ver que o processo de busca pela identidade e memória nacional foi um projeto de construção excludente e racializado.

Chegar neste ponto, de pensar a oralidade entendida enquanto potência legitimadora do lembrar, foi um processo extenso e tenso, no qual muito de mim foi despedaçado para que novos parâmetros fossem dispostos. Ouvir uma contação de história vinda de meu pai, sobre como era quando ele e seus irmãos e irmãs, meus tios e tias, viviam na fazenda com meus avós, era quase que uma rotina do nosso cotidiano enquanto família negra em tempos de apagões elétricos quase que semanais. Recordo-me com nostalgia desses momentos, ou das reuniões familiares que fazemos e alguém sempre levanta a frase: “o pai sempre diz que ele nasceu na fazenda”.

E ele nasceu mesmo, em 1954, no interior de São Paulo, numa cidade chamada Palmital, numa fazenda “ganhada”. Meus avós, que não cheguei a conhecer mas são figuras contadas pela voz de meu pai ou de meu irmão, vieram de um processo de escravização tardia, ilegal mesmo, por assim dizer. Viveram muito tempo nessa fazenda, mas um dia tiveram que sair, que achar outro rumo, e esse rumo foi a cidade de São Paulo, mais precisamente a zona norte, no bairro do Limão, região periférica da cidade onde outros processos de exclusão marcaram seus caminhos. Essas histórias chegam por meio do compartilhamento de histórias até mim no tempo presente, com tamanho grau de identificação, como se fosse uma memória herdada (Pollak, 1992, p. 2).

Essas histórias de um passado que, se não fosse pela oralidade, pela voz de meu pai, não existiriam mais, foram ponto de partida, além da minha estreita relação com os podcasts, roteirizados e apresentados pelo Tiago Rogero, para pensar a pesquisa de conclusão de curso em multimídia que embasa este artigo. Atravessado pelos estudos no campo da memória, principalmente em memória subterrânea, o objeto de estudo se tornou a memória subterrânea proveniente do período escravista, que não só demarca as minhas relações familiares, como também de cada descendente desse período. Assim como ajuda a entender o pensamento que foi base para o Brasil ser lido hoje como “um país de todos”, num ambiente histórico em que esse “todos” não cabiam indígenas e nem negros.

E por esse motivo, essa oralidade que permeia as relações do lembrar é obrigada a viver às margens da cena pública, por normalmente estar atrelada a memórias tidas como traumáticas ou vergonhosas, que são tratadas pelo meio social como algo que se deve esconder. É o caso do objeto de estudo da pesquisa e suas relações de intimidade com algo que é tratado de maneira estereotipada e rasa pelos diferentes campos do conhecimento que chegam a vida comum, por meio das escolas, da televisão e dos livros. Eles contam sobre esse período, que chegou a durar quase 300 anos, como uma atividade de consequência, quase que responsabilizando as pessoas negras pela sua condição, e não como escolha de um projeto de Brasil.

Um limiar entre memória e método

Para levar adiante os aspectos da oralidade e suas formas de materialização, é preciso trazer para a conversa alguns aspectos históricos que perpassam pela memória e o método de pensamento usado, visto que no exercício da pesquisa foi necessário pensar para além da pesquisa distanciada do objeto.

Como as relações da memória acontecem no âmbito social e cultural, há a presença de um órgão comum que vai mediar os vínculos, normalmente representado pela figura do Estado. Desse modo, levando em consideração que esse processo está

o tempo todo em execução, bem como a principal figura por ordená-lo seja o Estado, mesmo ele se colocando como imparcial, este é atravessado pelo racismo. Segundo estudos de Silvio Almeida e Sueli Carneiro sobre a “tecnologia do biopoder”, ele acaba por atuar de maneira decisiva nas políticas de memória, pois “na busca de uma coesão ou de uma ideia de compartilhamento de passado, o Estado aparece como um agente que propõe, por meio de vários instrumentos, essa convicção de compartilhamento memorial” (Ferreira, 2011, p. 106). Quando na prática o que existe é uma memória sendo colocada acima de outras, empurrando as demais para as margens, forçando-as a buscar outros meios de continuar existindo, é então que a oralidade se apresenta como principal forma de armazenamento e compartilhamento, retomando a fala de Ribeiro (2023). Isso porque a relação das pessoas negras com documentos sobre nossos antepassados acaba por ser de difícil acesso, seja por processo de impedimento físico – por exemplo, queimadas de documentos oficiais, como na decisão s/n. de 14 de dezembro de 1890 do então ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, Ruy Barbosa (Jacomino, 2010) – ou simbólicos, como a falta de aportes financeiro e temporal para ir em busca desses papéis.

Essa relação Estado e memória é posta aqui como uma relação de poder, na qual um grupo é capaz de desenhar como histórias serão contadas, no caso da memória do período escravista, contada a partir do ponto de vista de traficantes de escravizados, depreciando e objetificando todo um grupo de pessoas que no início da história do Brasil, não eram sequer consideradas humanas, quiçá detentoras de algum saber. Mas é importante frisar que mesmo nas condições em que viviam, muitas pessoas “estavam resistindo, formando quilombos, professando sua fé, formando famílias, aprendendo a ler, ensinando outros” (Rogero, 2023. p. 69).

Se a relação Estado versus povo é permeada por uma estrutura racista, há um discurso de apagamento da pluralidade de narrativas em prol de uma memória única, livre de atritos em nome da honra a pátria. Um exemplo é o caso das memórias da escravidão, que são tratadas como um borrão na história nacional, sofrendo ações de esquecimento diretamente ligadas a função do Estado, como o esquecimento-manipulação e o esquecimento-destruição. Portanto, essa memória entra no processo de luta por meio do discurso, da fala. Isso porque “a identidade nacional é um discurso e, como todo discurso, é constituída dialogicamente” (Gonzaga; Arruda, 2022, p. 12). Pensarmos sobre a memória coletiva e a construção de uma identidade nacional, pautada na diferença, sugere uma potência quanto ao lugar da oralidade como meio de trânsito dos acontecimentos, mesmo que de maneira forçada, ela se torna um caminho para essa contraposição ao hegemônico.

Já que é a partir da violência física e simbólica (Hannah-Jones, 2019) que as estruturas das relações foram fundadas, e é por meio delas que vêm sendo trabalhadas, essa narrativa unilateral agora confrontada pelos mais de 400 anos de luta das pessoas negras rompe com as rachaduras da memória institucional, o que desencadeia novos meios de se produzir conhecimento. É nesse momento que a materialização da oralidade se torna fundamental para que se confronte o escrito com o dito. Assim, ao invés de colocar uma forma em detrimento da outra, dado que “qualquer história de cidades ou países que não seja plural, é parcial e excludente” (Ribeiro, 2023, p. 30), abrem-se brechas para aqueles que foram historicamente rechaçados possam tomar a cena pública.

Identidade e memória estão indissociavelmente ligadas, pois sem recordar o passado não é possível saber quem somos. E a nossa identidade surge quando evocamos uma série de lembranças. [...] Neste sentido, a compreensão de identidade deve levar em conta sua relação intrínseca com a diferença, pois a identidade não existe sem a diferença [...] Identidade também é uma construção histórica, e é construída em comparação com outras identidades e pela prática da rememoração, por meio de um modelo de ação coletiva (Silva; Silva *apud* Gonzaga; Arruda, 2022, p. 12).

Ao olhar para esses critérios de diferenciação, em uma busca entre documentos oficiais, encontrei diferentes pareceres, decretos, legislações provinciais e outros papéis que mostram como a narrativa contada foi construída por decisões bastante favoráveis sempre a um dos lados, o dos senhores e sinhas, da elite escravista brasileira.

E partindo da perspectiva educacional devido à relação aproximada com o conteúdo do podcast *Projeto Querino* – também resultado de uma pesquisa de cerca de dois anos e meio –, cuja proposta é trazer mais sobre personalidades e acontecimentos históricos de pessoas negras não tratados na base escolar, descobri documentações que mostram a oferta de educação estatal para as pessoas negras. Isso se deu somente na Constituição mais recente; portanto, até 1988, era vetado a elas o acesso à educação fornecida por esse Estado que tanto almejava construir uma memória nacional livre de conflitos.

Este trajeto foi necessário para auxiliar no levantamento do lugar da mídia podcast como um espaço para o lembrar, como um lugar de memória, no termo de Pierre Nora (1993), de modo que esse lugar seja “antes de tudo, restos”, fragmentos. Logo, o trabalho de lembrar é um lugar subjetivo, que “para existir precisa se fixar em um ponto, que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifi-

cio e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação” (Nora, 1993. p. 13).

Ao colocarmos em voga as performances da fala, pontuamos como as contranarrativas provenientes do período escravista chegaram até nós hoje – eram frequentemente acolhidas nos núcleos mais íntimos, nos quais por meio de histórias, gerações mantiveram vivas as memórias das anteriores, passando-as adiante, capazes de trazer que

a disputa pela legitimidade da narrativa e sua versão dos fatos se torna mais complexa, especialmente se levarmos em conta que estes passados estão mudando, as elaborações dos significados do passado são sempre reconstruídas a partir do presente. Estas memórias também envolvem formas ideológicas que são usadas como bandeiras políticas de denúncia ou de visibilidade, vão além da memória ou de significados concretos do passado, [...] do ponto de vista social e político, [...] são hierarquizadas e opostas umas às outras de maneiras diferentes por relações de dominação, formas de visibilidade e legitimidade pública (Blair, 2011. p. 72).

É nessa ação de disputa que as memórias são (re)trabalhadas e (res)significadas a partir do presente. Em vista disso, apresentei até aqui alguns pontos da pesquisa de maneira a desenhar um caminho para falar das materialidades que envolvem a oralidade, muito relacionada com as práticas da história oral, no entanto para este trabalho o que interessou não foi diretamente a história oral como base e metodologia de pesquisa, mas a oralidade enquanto potência artística, quando empregada em materiais como a mídia podcast.

Por conseguinte, para construir essa perspectiva artística sobre o meio pesquisado, montei um tripé metodológico que envolve a investigação baseada nas artes (IBA), a pesquisa qualitativa crítica e a teoria social, com o objetivo de ter um olhar de pesquisa vivida como diálogo, de maneira não hierarquizada. Assim, houve o respeito pelos envolvidos no processo de criar, desde a eu pesquisadora até os pesquisados de maneira horizontal, deixando a dinâmica relacional eu versus objeto mais agradável, uma vez que

para experimentarmos o uso das Investigações Baseadas nas Artes é preciso estarmos abertas à compreensão de que, ao invés de vermos a investigação como um procedimento linear onde o caminho a ser percorrido já foi previamente traçado, o processo é modificado pela interação direta da investigadora, pelos seus julgamentos, impressões, estados de ânimo (Fernandez; Matsuo; Velardi; [s.d.]. p. 159).

E é a partir da base em IBA que a utilização de outros saberes que usam da voz como meio de fixação foram passíveis de mescla, possibilitando a chegada de diferentes bases do conhecimento, não só o acadêmico, mas também da vida comum.

Assim, recorrer à materialização da voz por meio da mídia podcast se torna uma forma de colaborar com a extensão do conhecimento enquanto pesquisa e preservação, além da disseminação das memórias subterrâneas que permeiam nossas histórias e vidas; nós, pessoas negras.

A mídia podcast como um lugar de memória

Partindo de uma premissa comum das pesquisas em história oral, o uso do áudio como meio de preservação de uma memória, na perspectiva do podcast, apresenta a oralidade não apenas como um contar de história. Ela é acompanhada de uma narrativa construída com técnicas de *storytelling*, que faz uso das especificidades do cinema aplicadas às narrativas sem imagens, como as radionovelas, potencializando essa memória para quem a escuta. Isso se dá pela sua capacidade de criar uma identificação com o outro, o que gera uma relação por aproximação, uma intimidade com o ouvinte.

Com uma perspectiva aprimorada do falar e ouvir histórias, a relação da memória subterrânea com os podcasts como lugares de memória se tornou, de maneira quase que natural, um caminho de evasão do resultado do processo de pesquisa.

Colocando a oralidade inerente a essa memória em diálogo com o comum, pois com o caminhar do trabalho foi se desenvolvendo a necessidade de uma memória nacional que fosse plural, partimos dos dados levantados sobre o alcance do podcast *Projeto Querino*, do jornalista Tiago Rogero, que se baseia em uma análise de produto semelhante. Assim, foi possível entender as relações entre a memória institucional e a memória subterrânea, confrontando, no campo dos discursos, as perspectivas sobre a contação da história brasileira. A oralidade não apenas se mostrou um pilar dentro dos episódios do *Querino* como também de outros podcasts, como o *Negra Voz* e o *Vidas Negras*, também do Tiago Rogero, e em *The 1619 Project*, da jornalista estadunidense Nikole Hannah-Jones.

Em comum, esses programas possuem um mesmo plano de fundo: contar a história de uma parcela da população que, mesmo representando mais da metade, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 56% dos brasileiros, ainda é quem tem suas memórias mais afetadas pelos diferentes processos de unificação históricos.

Além disso, por se tratarem de produtos provenientes de pesquisas acadêmicas, esses programas apresentam em sua construção uma história que não costuma aparecer em materiais escolares ou na televisão. Por razões apresentadas na seção anterior,

costumam evocar performances orais, de acontecimentos basilares em suas respectivas nações e que, de alguma forma, por um tempo, foram subjugadas como discursos sem fundamento. Isso talvez pela falta de materialidade, o que nos faz retornar aos núcleos menores, nos quais as performances da fala aparecem.

No entanto, a busca por representações outras que não as desse “outro-corpo-branco”, atrelada a praticidade e facilidade que o trabalho com o podcast apresenta, criaram possibilidades para pensá-lo como um lugar de memória conforme conceito de Pierre Nora (1993), mencionado anteriormente, abrindo ainda mais as rachaduras do frágil solo da memória institucional.

Além do mais, torna-se importante falar de materialidade quando olhamos para o podcast como lugar de memória, pois a abertura que o digital entrega, chegando a diferentes pessoas, como foi o caso do *Querino*, causa certa identificação, por nos vermos representados fora do esquemas de sororidades. E indo adiante nos conteúdos referenciados nesta seção, durante a elaboração da pesquisa em multimídia, fui confrontada com a questão da materialidade para além do conteúdo escrito, por um dos motivos da proposta chegar a pessoas diversas, ao núcleo comunitário do qual a ideia saiu.

Assim, me coloquei enquanto “gravadora” dessas oralidades, construindo um podcast próprio tendo com essa relação e seus meandros com o social um lugar de acolhimento, em que os entrevistados puderam se abrir e contar histórias antes pouco faladas. Muitos viram no *Memórias de Futuro* um espaço de desabafo, outros de saudade, fazendo do podcast não apenas um lugar de memória como era o desejo, mas um espaço de resistência, transformando quem contou suas histórias, quem ouviu e a mim mesma, reforçando que

falar de memória subterrânea é falar de luta e de resistência, é olhar de maneira cautelosa para momentos históricos e trazer à tona acontecimentos tidos como naturais, é mostrar como um hoje foi construído não pelo acaso mítico, mas pela ação e escolha humana, [...] Falar de memória subterrânea é abrir possibilidades para pensar um novo, pensar um futuro pelo passado, construindo o agora por meio das vozes antes reprimidas (Souza, 2023. p. 29).

E dessa maneira finalizo este artigo: um “pós-pesquisa” no qual as reverberações foram percebidas e em alguns pontos repensadas, trazendo as colocações – que aqui tomam formas mais diretas – nas quais os podcasts se apresentam como o meio e não o fim do processo do lembrar da memória, e, como todo processo, se coloca como “um corpo coletivo do início ao fim” (Souza, 2023. p. 47), um caminho de sustentabilidade além do imaginado.

REFERÊNCIAS

- ACOMINO, S. *Penhor de escravos e queima de livros de registro*. Observatório do Registro, [São Paulo], 5 jan. 2010. Disponível em: <https://cartorios.org/2010/01/25/penhor-de-es-cra-vos-e-queima-de-livros-de-registro/#more-1048>. Acesso em: 15 set. 2022.
- ALMEIDA, S. L. *Racismo estrutural*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.
- BLAIR, E. Memoria y poder: (des)estatalizar las memorias y (des)centrar el poder del Estado. *Universitas Humanística*, n. 72, p. 63-87, jul.-dez. 2011.
- CARNEIRO, A. S. *A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2005.
- CENTRO DE FORMAÇÃO DA VILA. *História da discriminação racial na educação brasileira* - Silvio Almeida - Escola da Vila 2018. 1 vídeo (1h 48 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gwMRRVPI_Yw. Acesso em: 13 mai. 2023.
- COMPANHIA DAS LETRAS. *Entendendo “Brasil: uma biografia”* – Capítulo 8: testemunho e fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 1 vídeo (8 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UTncMA-O-fQ&list=PLZfXeVfyL9eV6Ac5yRdKD-gAShh-I5Zlh-&index=8>. Acesso em: 12 set. 2023 .
- DENZIN, N. Investigação qualitativa crítica. *Sociedade, contabilidade e gestão*, v. 13, n. 1, jan.-abr. 2018.
- DESCOBRIMENTO OU AQUILO QUE NOS MATA. [Locução de]: Karina Aquino. Memórias de futuro, ago. 2023. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episo-de/3ae9rNIWxpOBjGZ1LWwH3b?si=e68fa86a2b3a4e5>. Acesso em: 11 set. 2023.
- FERNANDEZ, W.; MATSUO, R. F.; VELARDI, M. *A investigação baseada nas artes ou o arts based research como estratégia de investigação*. [s.d.] p. 157-167.
- GONZAGA, C.; ARRUDA, D. G. Identidade nacional e memória coletiva: aproximações possíveis. *Revista Vernáculo*, n. 50, p. 9-33, 2022.
- FERREIRA, M. L. M. Políticas da memória e políticas do esquecimento. *Revista Aurora*, n. 10, p. 102-118, 2011.
- MICHEL, J. Podemos falar de uma política do esquecimento? *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 2, n. 3, p. 14-26, ago.-nov. 2010.
- NORA, P. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Projeto História*, v. 10, p. 7-28, 1993.
- ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- REIS, L. G. *Projeto Querino e seu impacto no cenário dos podcasts brasileiros*. [S.l.]: Agência Uva, 2023. Disponível em: <https://agenciauva.net/2023/05/09/festival-3i-projeto-querino-e-seu-impacto-transformador-no-cenario-dos-podcasts-brasileiros/>. Acesso em: 13 set. 2023.

- RIBEIRO, S. Qual a sua história? Entrevistadora: Maria Júlia Lledó. *Revista E*, São Paulo, n. 8, ano 29, p. 25-33, 2023.
- ROGERO, T. Vozes Negras. Entrevistadora: Luna D'Alama. *Revista E*, São Paulo, n. 7, ano 29, p. 66-69, 2023.
- ROGERO, T. Qual a sua história? Entrevistadora: Maria Júlia Lledó. *Revista E*, São Paulo, n. 8, ano 29, p. 25-33, 2023.
- SILVA, A. S. Surgimento e evolução do podcast: apontamentos e reflexões sobre a mídia no Brasil. In: FRANÇA, L. C. M. (org.). *Consumo cultural e redes sociais*. Aracaju: Criação, 2018.
- SOUZA, E. K. A. *Podem os podcasts materializar as nossas memórias?* Falando de memória subterrânea e construção de imaginário nacional. Trabalho de Conclusão de Curso (Técnico em Multimídia) – Escola Técnica de Carapicuíba, Centro Paula Souza, Carapicuíba, 2023. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/10XgM3Tw5uEDTVZrs9cIOhUHY9OVAo-0M/view?usp=sharing>.
- THE 1619 PROJECT. Nikole Hannah-Jones. The New York Times, ago. 2019. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/7f9e73vfXKRqR6uCggK2Xy?si=259b93f8d46f47393fb>. Acesso em: 9 dez. 2022.
- WAPICHANA, C. Total de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas cresce no Brasil, diz IBGE. *G1*, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/22/total-de-pessoas-que-se-autodeclararam-pretas-e-pardas-cresce-no-brasil-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 14 set. 2023.
- WAPICHANA, C. Qual a sua história? Entrevistadora: Maria Júlia Lledo. *Revista E*, São Paulo, n. 8, ano 29, p. 25-33, 2023.